

# DESAFIO AO PRESIDENTE SARNEY

O Diário Oficial da União publicou uma relação de supostos devedores da Fazenda Nacional. Dela consta o meu nome.

A divulgação dá seqüência a uma campanha difamatória, iniciada em 1985, exatamente na véspera da homologação da candidatura de minha mulher à Prefeitura de São Luís.

Nesse dia, recebi uma notificação da Receita Federal que exigia a apresentação de documentos relacionados com declarações de renda dos cinco anos anteriores.

O processo originou-se numa desclassificação de receita da fazenda Boa Esperança, pertinente à venda de gado. Os quantitativos foram por mim lançados, apropriadamente, na cédula de criação de gado (G). Mas, estranhamente, a autoridade fiscal os transferiu para a cédula H, destinada a rendimentos da outra natureza.

Nos prazos legais, ofereci recursos nas diversas instâncias administrativas. No entanto, o poder político impediu-me qualquer tipo de êxito. Violaram-se até súmulas do Conselho de Contribuintes.

Estou seguro de que nada devo ao Governo Federal. Também tenho certeza da ação do Presidente da República nessa guerra contra mim, e lamento que a Receita Federal se preste para o desempenho desse triste e provisório papel.

A não-execução da imaginária dívida faz parte da mesquinha perseguição. Até agora, isso me impediu de provar, na Justiça, que não sou devedor, porém, vítima de torpe abuso de poder. A causa é a minha coragem de combater a oligarquia corrupta e corruptora do Maranhão.

Em 1985, no Jornal de Hoje, de São Luís, em resposta a uma provocação, desafiei os Sarneys para um confronto moral. Nenhum deles tugiou ou mugiu.

Com isso, eles evitaram a revelação de que, em 1970, antes de deixar o Palácio dos Leões, o então governador José Sarney lesou o Fisco. Em sua declaração de bens à Assembléia Legislativa, ele incluiu, a meu favor, um lançamento de dez mil cruzeiros novos. A inclusão foi feita à minha revelia.

Já nesse tempo, o meu perseguidor de hoje sabia que eu tinha recursos financeiros para suportar esse débito. Por isso, ele acrescentou aquela importância ao seu patrimônio, a fim de justificá-lo perante a Delegacia da Receita.

A tentativa de liquidar-me teve início no momento em que minha liderança política pôs em perigo o fabricado prestígio do pretense donatário do Maranhão.

Durante a campanha de 85, ministros de Estado e o leão do imposto de Renda deram-se as mãos para tentar destruir-me. Afinal, lancei um repto aos Sarneys. Exigi que me acusassem à luz do dia.

Aqui e agora, renovo o desafio. E reafirmo: não possuo mansão construída com dinheiro de terceiro; não tenho inquérito nos arquivos do SNI; não temo o leão da receita federal; não estou entre os anistiados pelo arquivamento da CPI da Corrupção; não tenho depósitos em bancos do exterior; não escondo o meu patrimônio com testas-de-ferro. Muito menos me apresento em público como pai pobre de filhos enriquecidos.

Num Governo tido como corrupto que mata o povo de fome é menos indigno estar como inventado devedor do Fisco do que constar da relação dos ladrões.

São Luís, 22 de julho de 1989

**João Castelo**  
Senador